



## **Seminário IFI/Senado**

### **Cenários econômicos e fiscais**

**Felipe Salto**

Brasília, 19 de junho de 2018 | Auditório Interlegis

- ❑ A apresentação está dividida em três partes:

Parte I – Sobre a IFI

Parte II – Dados econômicos e fiscais

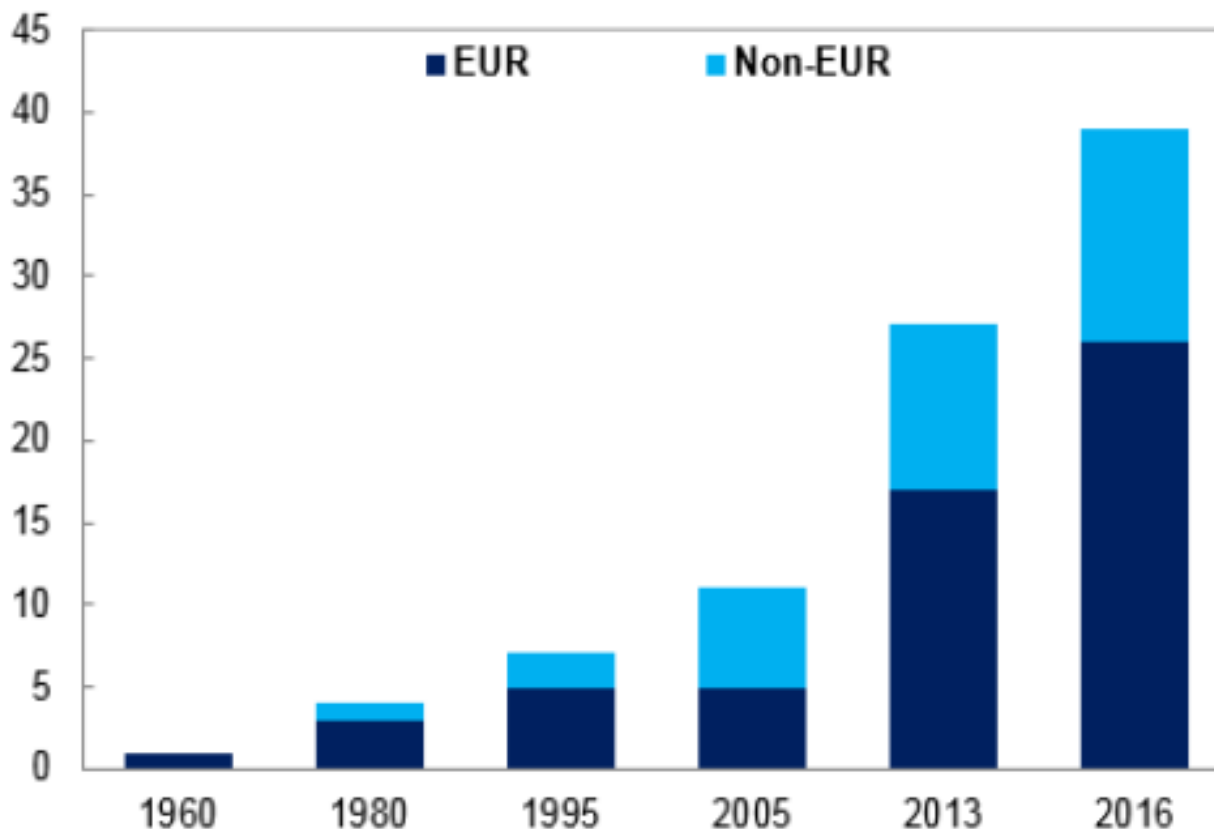
Parte III – Saídas e possibilidades

# Parte I – Sobre a IFI

- ❑ IFIs são instituições públicas com mandato para realizar **análises técnicas e apartidárias** sobre política fiscal e orçamentária com objetivo de:
  - (i) melhorar a **disciplina** fiscal;
  - (ii) promover maior **transparência** das contas públicas e
  - (iii) elevar a **qualidade** do debate público sobre a política fiscal.
  
- ❑ É uma **tendência mundial**: em resposta aos efeitos negativos da crise econômica e financeira de 2008, diversos países, particularmente os que compõem a OCDE, criaram instituições fiscais independentes (por exemplo, Canadá, Austrália e Itália).

# Crescimento de IFIs nos últimos anos

**Number of Independent Fiscal Councils in the World**



Source: IMF Fiscal Council Dataset. Note: "EUR" is European, "Non-EUR" is non-European.

## ☐ Funções:

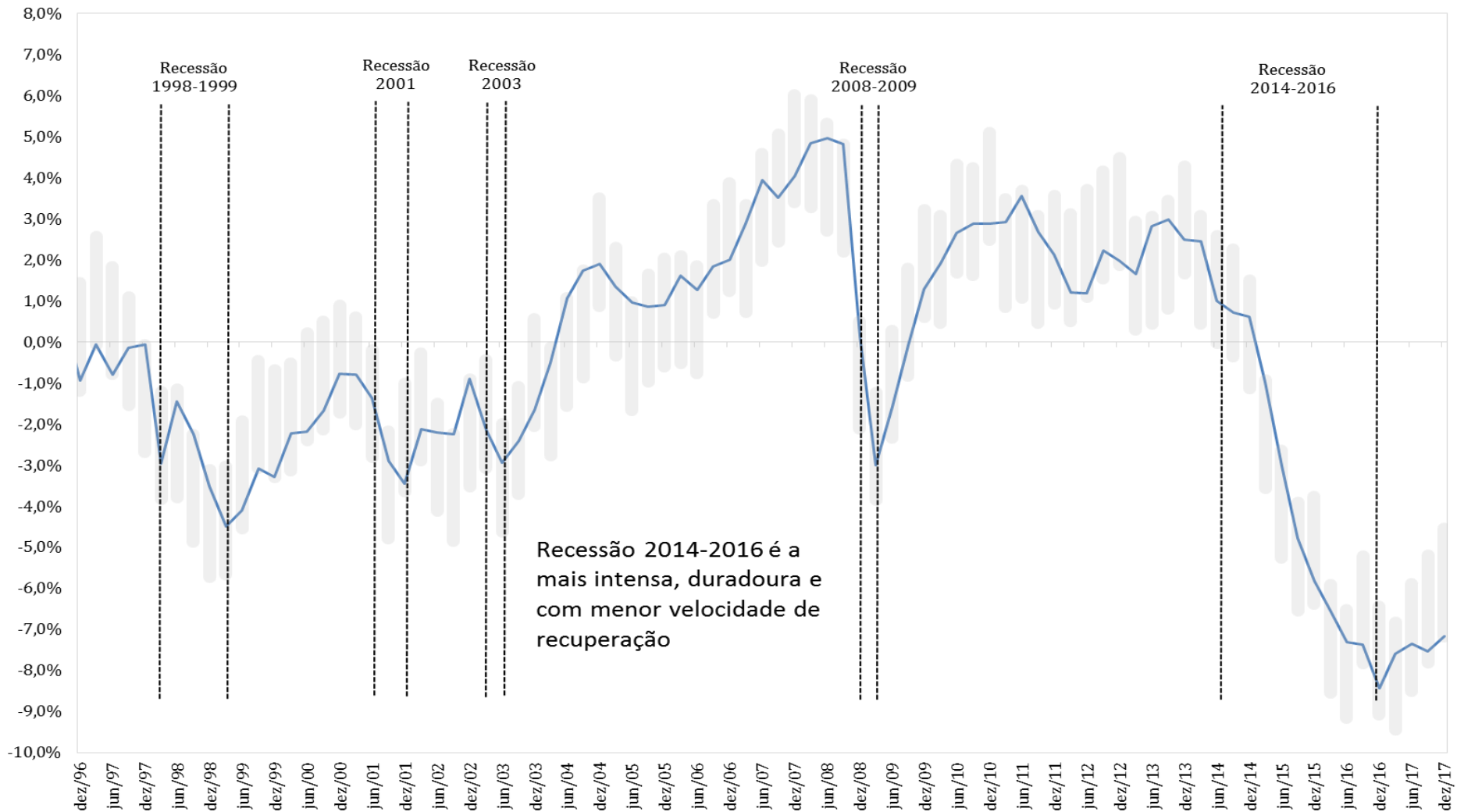
- divulgar suas **estimativas de parâmetros** e variáveis relevantes para a construção de cenários fiscais e orçamentários;
- analisar a **aderência do desempenho** de indicadores fiscais e orçamentários às metas definidas na legislação pertinente
- mensurar o **impacto de eventos fiscais** relevantes, especialmente os decorrentes de decisões dos Poderes da República, incluindo os custos das políticas monetária, creditícia e cambial
- projetar a **evolução de variáveis fiscais** determinantes para o equilíbrio de longo prazo do setor público

- ❑ **Conselho Diretor**, composto de três membros com **mandato fixo** (modelo OBR, Reino Unido):
  1. um **diretor-executivo**, indicado pelo Presidente do Senado Federal
  2. um **diretor** indicado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)
  3. um **diretor** indicado pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC)
  
- ❑ Arguição pública + aprovação pelo Senado Federal
- ❑ Hoje, a equipe da IFI conta com quatro economistas
- ❑ **Conselho de Assessoramento Técnico** (modelo CBO, Estados Unidos, *ainda não formalizado*)

## Parte II – Dados econômicos e fiscais

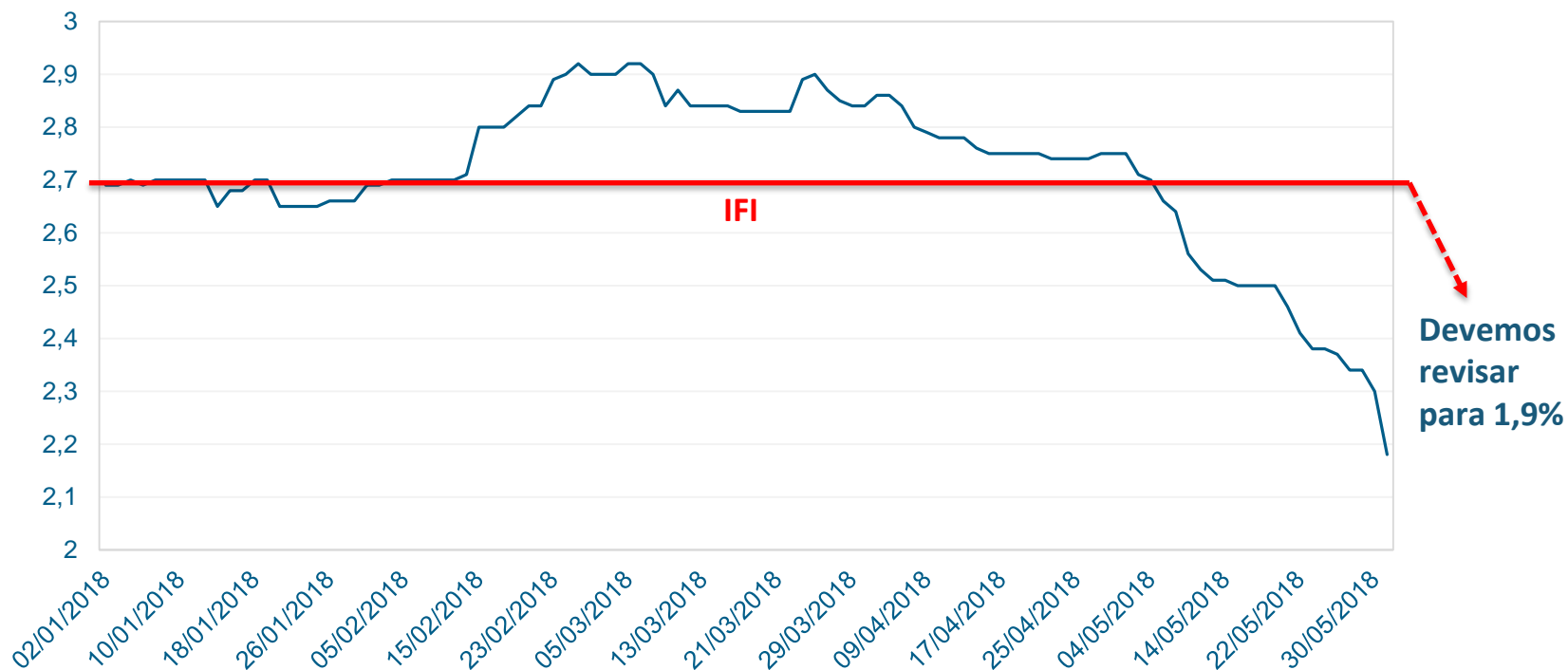


# Hiato do produto



- As estimativas de mercado para o PIB de 2018 obtidas no Boletim Focus divulgado pelo Banco Central foram ajustadas para 2,18%.

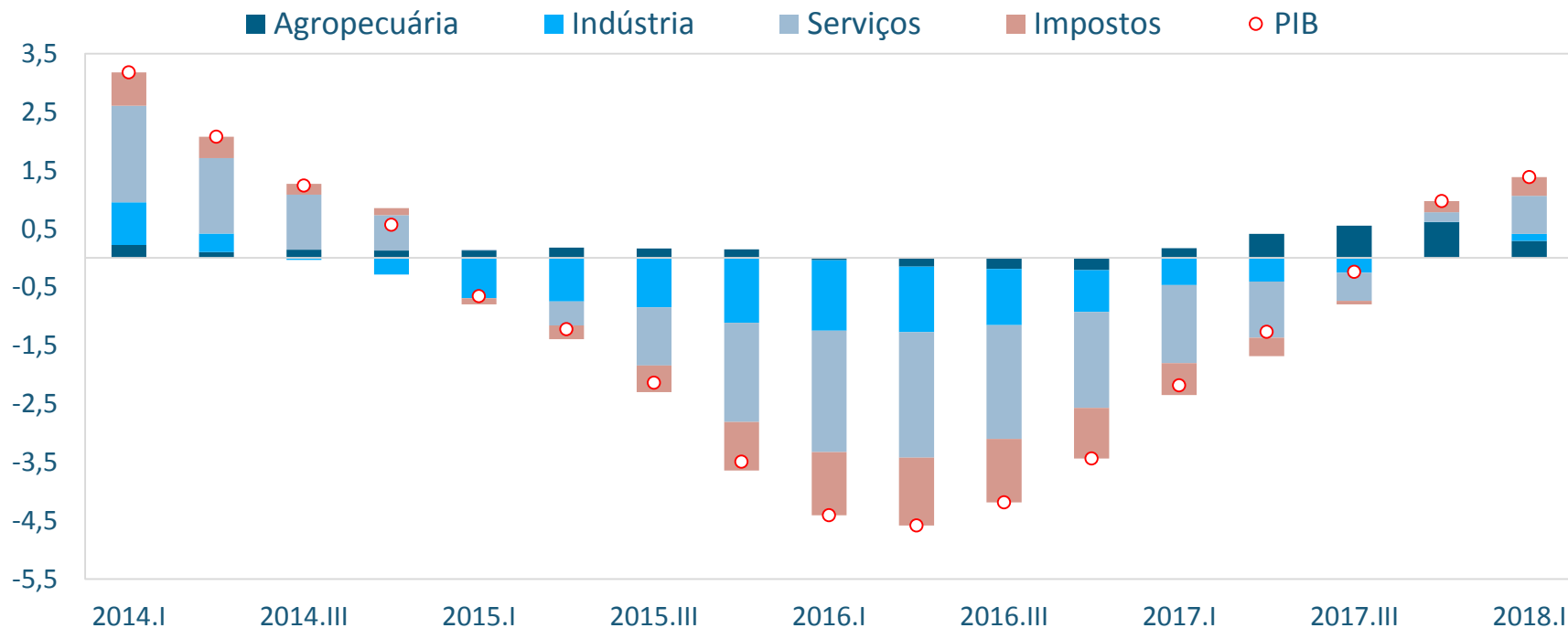
**MEDIANA DAS ESTIMATIVAS DE MERCADO PARA O PIB DE 2018**



Fonte: Banco Central.

- O setor de **serviços** adicionou **0,6** ponto percentual ao resultado do PIB acumulado em quatro trimestres, seguido pela agropecuária (0,3 p.p.) e pela indústria (0,1 p.p.).

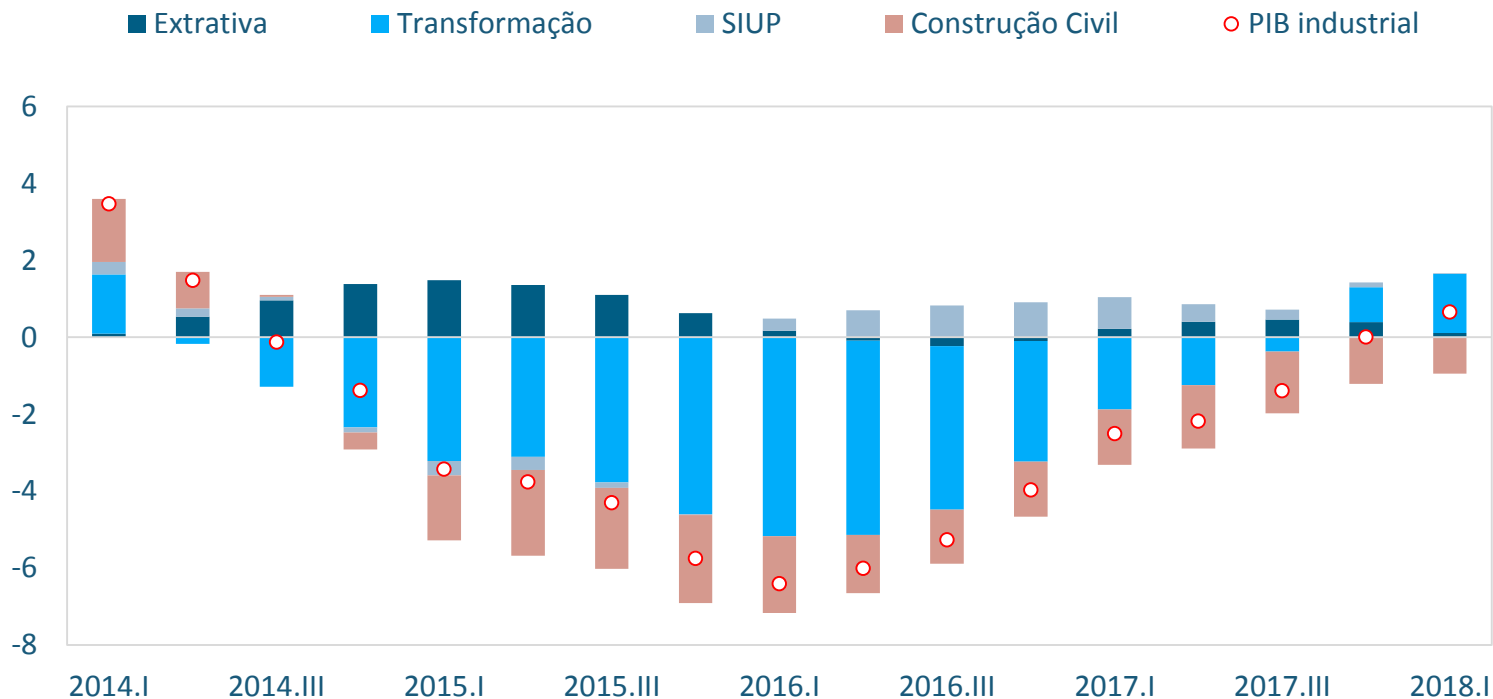
CONTRIBUIÇÕES EM P.P. PARA O CRESCIMENTO DO PIB ACUM. EM 4 TRIMESTRES



Fonte: IBGE.

- Contração da atividade da construção civil **subtrai 0,9 ponto percentual** da taxa de crescimento acumulada em quatro trimestres do PIB industrial.

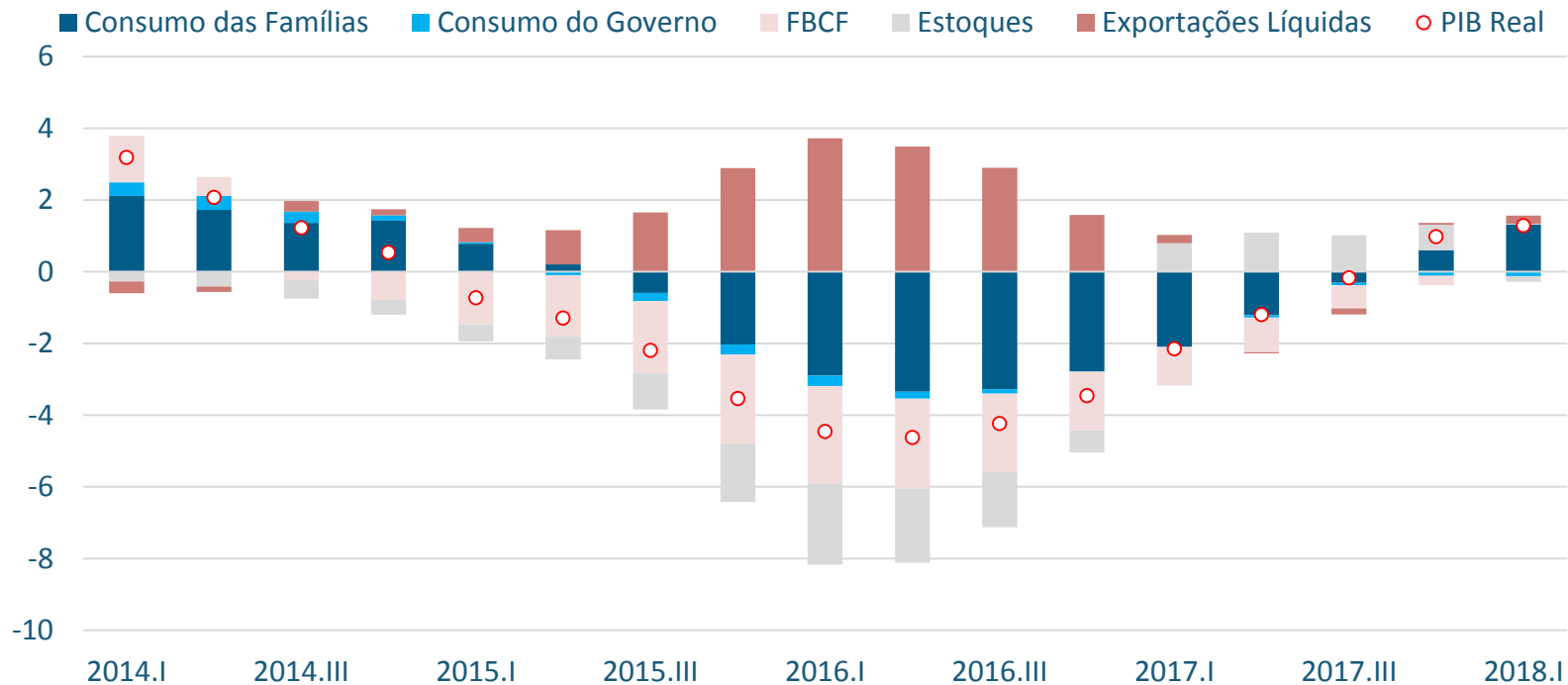
## CONTRIBUIÇÕES EM P.P. PARA O CRESCIMENTO DO PIB INDUSTRIAL EM 4 TRIMESTRES



Fonte: IBGE.

- As contribuições da **absorção doméstica**, composta pelo consumo das famílias (1,3 p.p.), do governo (-0,1 p.p.) e investimentos (-0,1 p.p.), e da **demanda externa** (exportações líquidas) foram de 1,1 p.p. e 0,2 p.p.

CONTRIBUIÇÕES EM P.P. PARA O CRESCIMENTO DO PIB ACUM. EM 4 TRIMESTRES



Fonte: IBGE.

- A variação positiva do emprego ainda é resultado da ampliação de postos **sem carteira assinada e por conta própria**.

TABELA 2. POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO

Indicadores de emprego	Percentual em relação ao total de ocupados			Trimestre/ mesmo trimestre do ano anterior			Variação acumulada em 12 meses		
	abr/17	mar/18	abr/18	fev/18	mar/18	abr/18	fev/18	mar/18	abr/18
<b>População ocupada</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>2,0%</b>	<b>1,8%</b>	<b>1,7%</b>	<b>0,9%</b>	<b>1,2%</b>	<b>1,4%</b>
Com carteira assinada no setor privado	37,3%	36,3%	36,1%	-1,8%	-1,5%	-1,7%	-2,5%	-2,3%	-2,1%
Sem carteira assinada no setor privado	11,5%	11,8%	12,0%	5,0%	5,2%	6,3%	5,3%	5,6%	5,8%
Trabalhador doméstico	6,8%	6,8%	6,8%	4,2%	2,4%	1,0%	1,4%	1,4%	1,5%
Setor público	12,3%	12,4%	12,5%	3,3%	3,2%	3,3%	1,3%	1,6%	2,2%
Empregador	4,6%	4,8%	4,8%	5,5%	5,7%	5,7%	6,8%	7,1%	6,2%
Conta Própria	25,0%	25,3%	25,4%	4,4%	3,8%	3,3%	2,3%	2,9%	3,3%
<b>Percentual de trabalhadores que contribuem para a previdência social</b>	<b>64,7%</b>	<b>63,8%</b>	<b>63,5%</b>	<b>-0,5%</b>	<b>-0,1%</b>	<b>-0,2%</b>	<b>-1,5%</b>	<b>-1,1%</b>	<b>-0,9%</b>

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

- Elevado nível de ociosidade é um dos fatores que explicam a **trajetória benigna da inflação** ao consumidor.
- Índices seguem controlados, com destaque ao componente de **serviços**, em 3,15%.

TABELA 5. INFLAÇÃO AO CONSUMIDOR

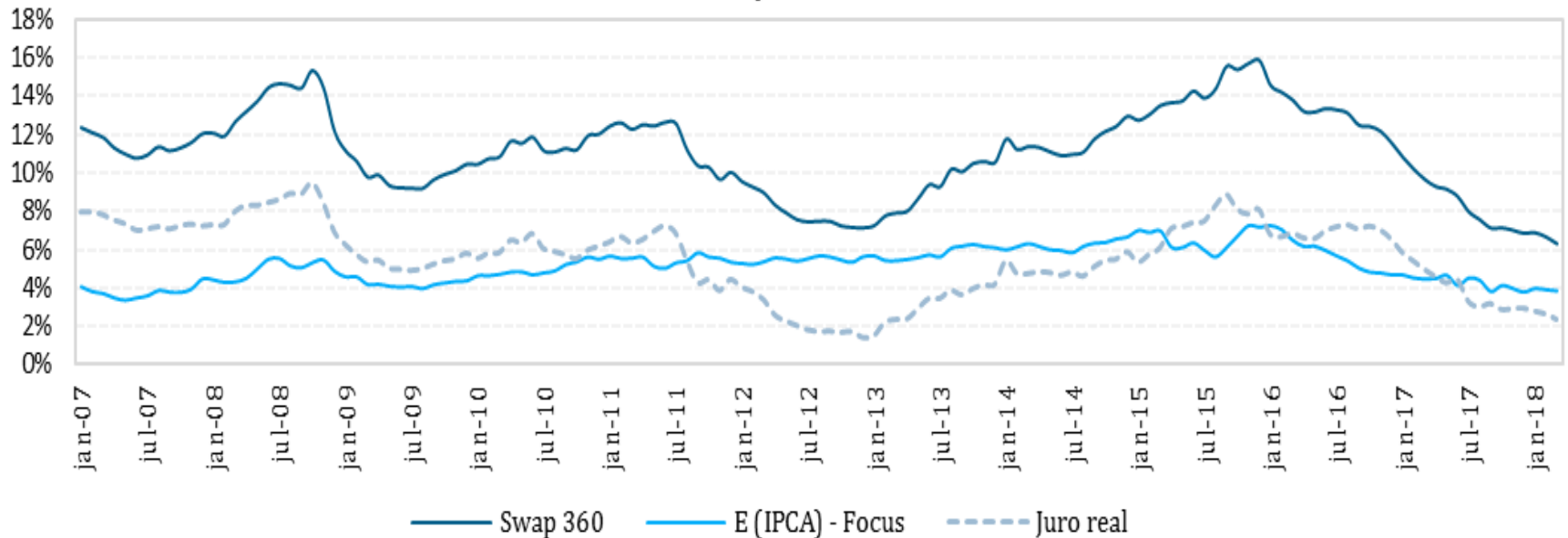
Inflação ao consumidor	Variação acumulada em 12 meses					
	nov/17	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18
Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC	1,94%	2,07%	1,87%	1,81%	1,56%	1,69%
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA	2,80%	2,95%	2,86%	2,84%	2,68%	2,68%
Preços administrados	7,76%	7,99%	7,35%	7,32%	7,05%	7,90%
Preços livres	1,22%	1,35%	1,42%	1,41%	1,26%	1,00%
<i>Alimentação no domicílio</i>	-5,30%	-4,86%	-3,95%	-3,82%	-4,29%	-4,68%
<i>Industriais</i>	0,93%	1,04%	0,92%	0,90%	1,18%	1,27%
<i>Serviços</i>	4,58%	4,53%	4,32%	4,22%	3,95%	3,15%
<b>Média dos núcleos de inflação</b>	<b>3,34%</b>	<b>3,39%</b>	<b>3,16%</b>	<b>3,07%</b>	<b>2,96%</b>	<b>2,60%</b>

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

# Taxas de juros

- A taxa real de juros tem diminuído fortemente. Depois de chegar próximo de 9%, em meados de 2015, figura agora em um dos patamares mais baixos da série histórica, o que deverá estimular o investimento e o consumo a médio prazo.

**Gráfico 4. Taxa de juros real ex-ante**



Fonte: Anbima e Banco Central. Elaboração: IFI.



- Atualizamos, além do cenário base-1, os parâmetros macroeconômicos dos cenários alternativos (otimista-2 e pessimista-3)

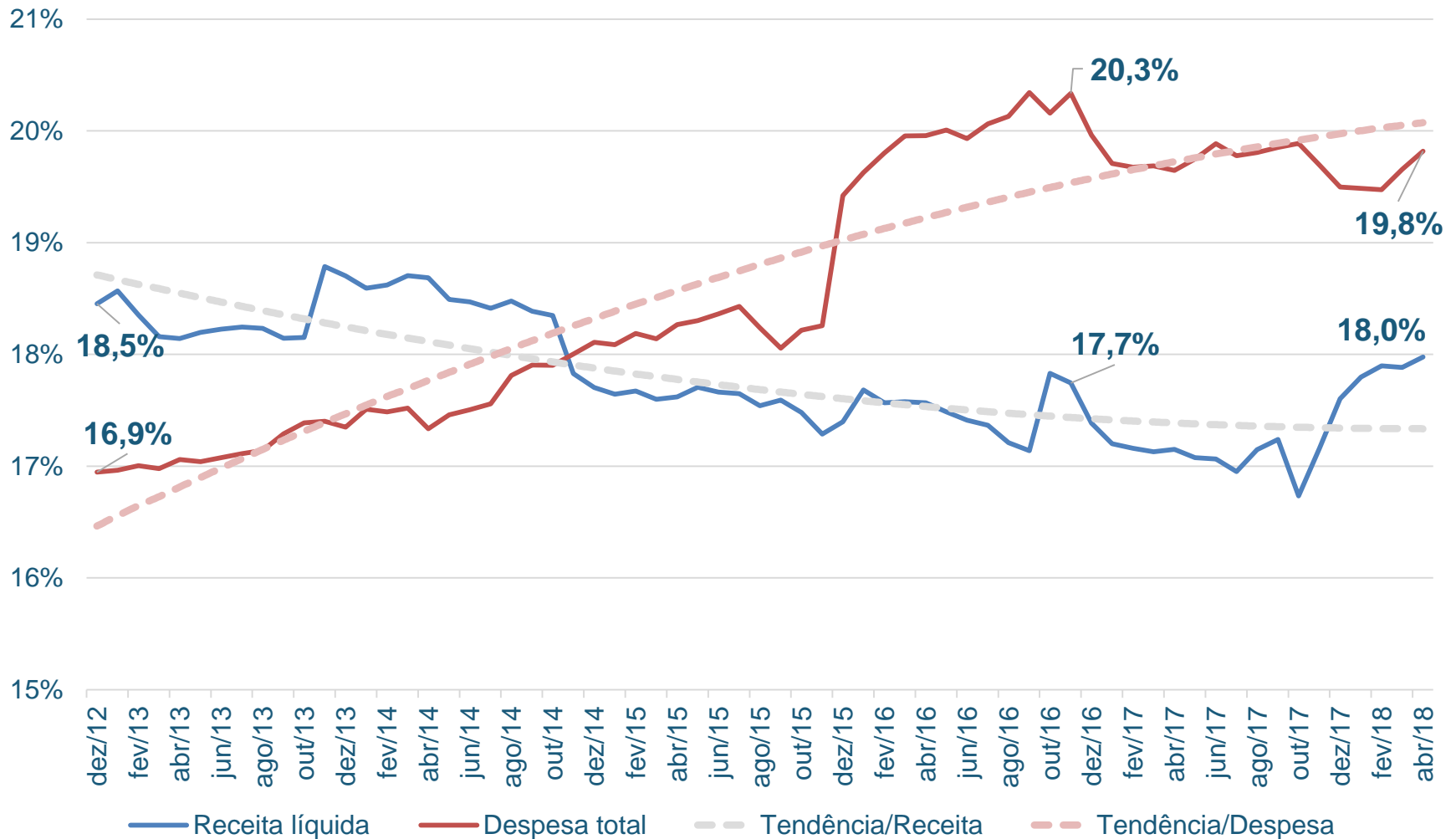
**TABELA 13. ESTIMATIVAS DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS**

Cenário 1	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Média 2020-2030
PIB nominal (R\$ bilhões)	5.779	5.996	6.259	6.560	6.970	7.418	<b>10.970</b>
PIB - Crescimento real	0,5%	-3,5%	-3,5%	1,0%	2,7%	2,5%	<b>2,3%</b>
IPCA	6,41%	10,67%	6,29%	2,95%	3,5%	3,9%	<b>4,1%</b>
Ocupação (crescimento %)	1,5%	0,2%	-1,8%	0,0%	1,4%	1,8%	<b>1,1%</b>
Massa salarial (crescimento %)	2,8%	0,5%	-3,4%	2,3%	3,0%	2,8%	<b>2,0%</b>
Taxa de câmbio R\$/US\$ (final de período)	2,66	3,90	3,26	3,31	3,45	3,55	<b>3,82</b>
Juro real	5,0%	3,2%	7,0%	3,9%	2,7%	3,5%	<b>4,3%</b>
Selic - final de período	11,8%	14,3%	13,8%	7,0%	6,3%	7,5%	<b>8,5%</b>
Prêmio de Risco (EMBI-BR) - final de período	259	523	328	240	265	261	<b>239</b>
Cenário 2	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Média 2020-2030
PIB nominal (R\$ bilhões)	5.779	5.996	6.259	6.560	6.984	7.471	<b>11.738</b>
PIB - Crescimento real	0,5%	-3,5%	-3,5%	1,0%	3,2%	3,5%	<b>3,5%</b>
IPCA	6,41%	10,67%	6,29%	2,95%	3,1%	3,4%	<b>3,8%</b>
Ocupação (crescimento %)	1,5%	0,2%	-1,8%	0,0%	2,4%	3,4%	<b>1,3%</b>
Massa salarial (crescimento %)	2,8%	0,5%	-3,4%	2,3%	4,2%	4,9%	<b>2,6%</b>
Taxa de câmbio R\$/US\$ (final de período)	2,66	3,90	3,26	3,31	3,33	3,34	<b>3,45</b>
Juro real	5,0%	3,2%	7,0%	3,9%	2,8%	2,5%	<b>3,1%</b>
Selic - final de período	11,8%	14,3%	13,8%	7,0%	6,0%	6,0%	<b>7,0%</b>
Prêmio de Risco (EMBI-BR) - final de período	259	523	328	240	234	220	<b>194</b>
Cenário 3	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Média 2020-2030
PIB nominal (R\$ bilhões)	5.779	5.996	6.259	6.560	6.986	7.446	<b>11.563</b>
PIB - Crescimento real	0,5%	-3,5%	-3,5%	1,0%	1,9%	1,5%	<b>1,3%</b>
IPCA	6,41%	10,67%	6,29%	2,95%	4,5%	5,0%	<b>5,9%</b>
Ocupação (crescimento %)	1,5%	0,2%	-1,8%	0,0%	1,3%	1,5%	<b>1,0%</b>
Massa salarial (crescimento %)	2,8%	0,5%	-3,4%	2,3%	2,7%	1,8%	<b>1,5%</b>
Taxa de câmbio R\$/US\$ (final de período)	2,66	3,90	3,26	3,31	3,71	3,84	<b>4,79</b>
Juro real	5,0%	3,2%	7,0%	3,9%	3,8%	4,3%	<b>5,7%</b>
Selic - final de período	11,8%	14,3%	13,8%	7,0%	8,5%	9,5%	<b>11,9%</b>
Prêmio de Risco (EMBI-BR) - final de período	259	523	328	240	349	354	<b>366</b>

Fonte: IBGE e Banco Central. Elaboração e projeções: IFI.

# Evolução das receitas e despesas

## Receitas e despesas em % do PIB - acumuladas em 12 meses



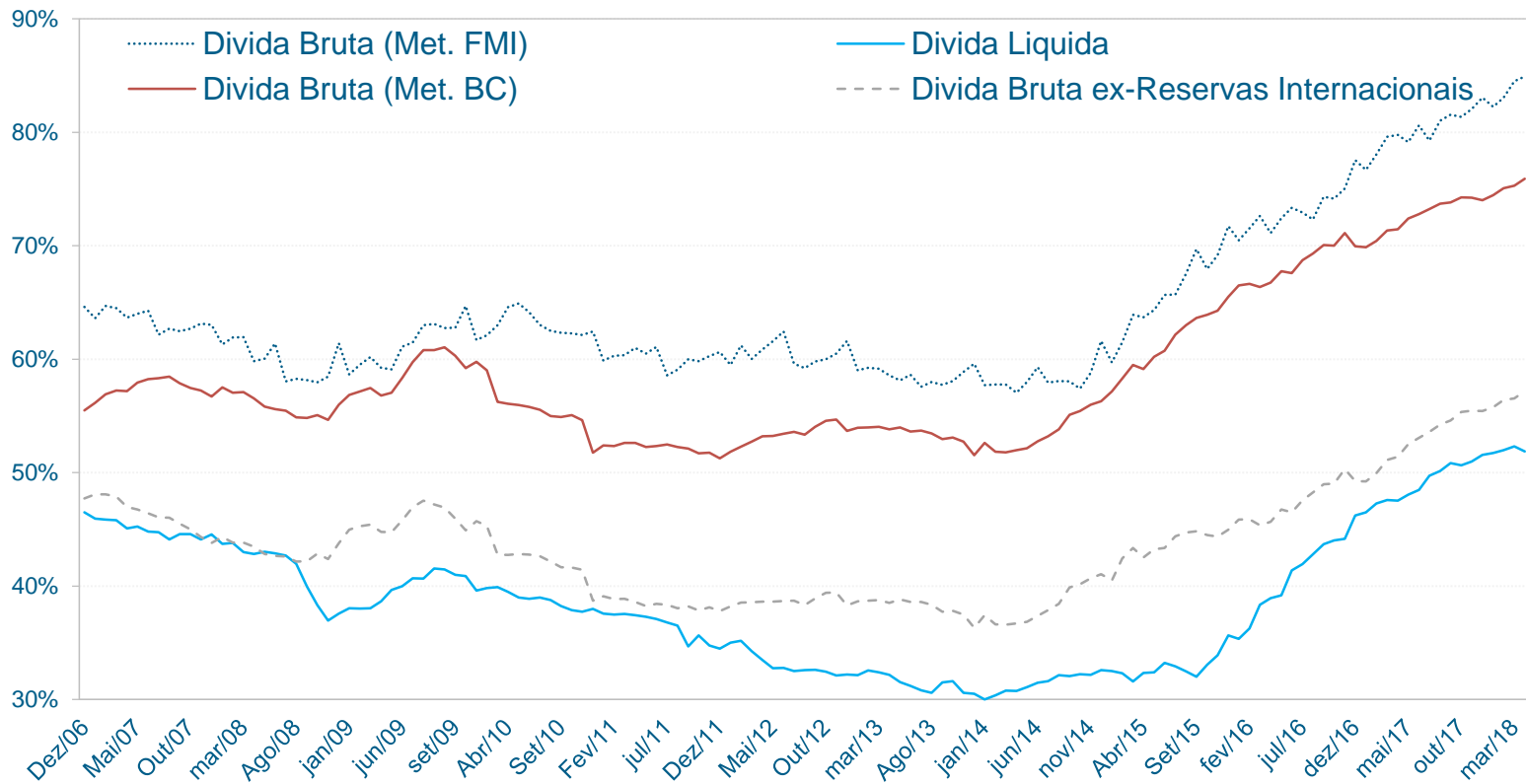
# Perda de receita da União com gastos tributários

- São **R\$ 270,4 bilhões, em 2017**, 20,7% da receita administrada pela RFB ou 4,1% do PIB.
- Houve forte aumento de 3,5% para 4,4% do PIB, de 2012 a 2014, seguido de queda gradual no biênio 2016-2017.
- Junto com o gasto público e a perda da receita com a desaceleração econômica, o aumento do gasto tributário foi um dos responsáveis para **brusca deterioração do resultado primário do governo central**, nos últimos anos.

PERDAS DE RECEITAS COM GASTOS TRIBUTÁRIOS							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016*	2017*
Perda de Receita - PR (R\$ bilhões)	152,4	181,7	223,3	256,2	270,1	263,7	270,4
PR/Receita administrada pela RFB (%)	16,2	18,3	20,3	22,3	22,7	20,8	20,7
PR/PIB (%)	3,5	3,8	4,2	4,4	4,5	4,2	4,1
Fonte: RFB. Elaboração: IFI.							
*projeção da RFB.							

- Déficit primário elevado e conta de juros mantêm as necessidades de financiamento do setor público em patamar elevado, pressionando o endividamento público. Desvalorização cambial e elevado volume de reservas suavizam trajetória de alta na dívida líquida.

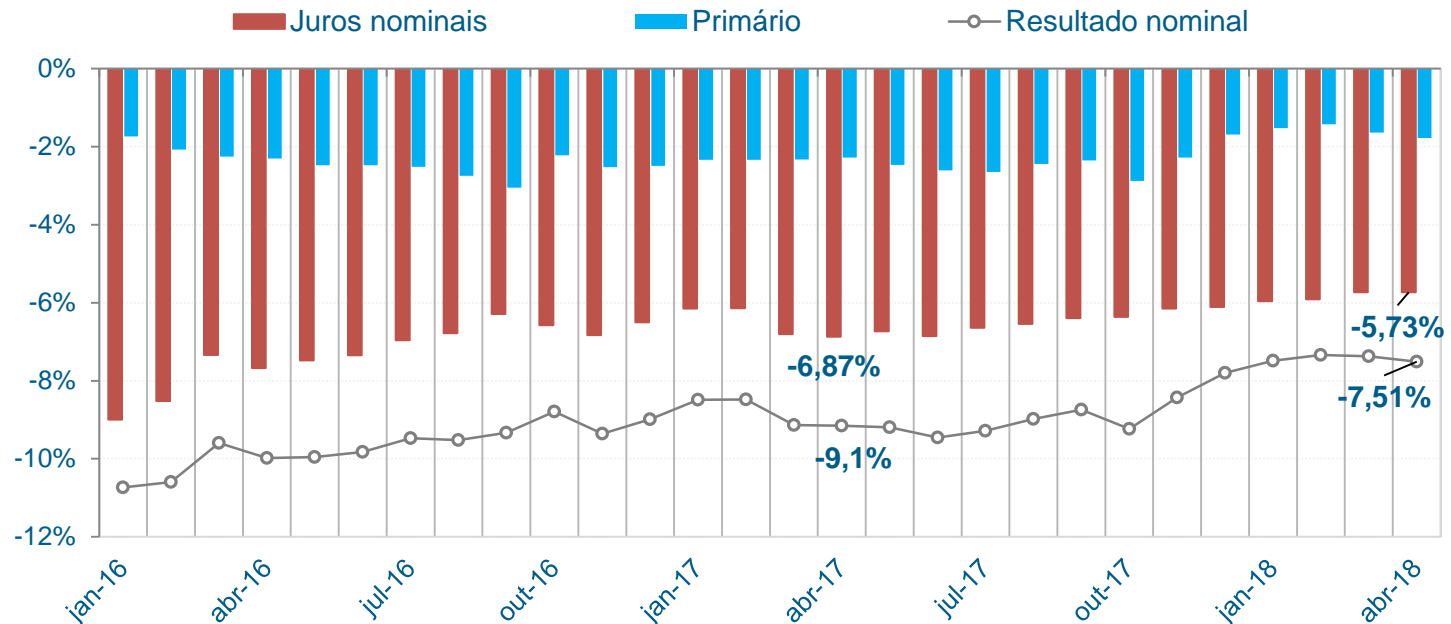
## DIFERENTES MEDIDAS PARA A DÍVIDA PÚBLICA (% DO PIB)



Fonte: Banco Central.

- No acumulado em 12 meses, houve importante redução do déficit nominal para 7,5% do PIB (ante 9,1% do PIB em abril/17), influenciado especialmente pela retração no juro nominal.
- Também contribuiu a redução do déficit primário para 1,8% do PIB, mais ancorada no melhor desempenho do tesouro nacional do que da previdência social (RGPS).

## EVOLUÇÃO DAS NFSP DO GOVERNO CENTRAL (% DO PIB)



Fonte: Banco Central.

- Após 1º quadrimestre, Executivo prevê déficit primário de R\$ 152,8 bi, folga de R\$ 6,2 bi para a meta (R\$ 159,0 bi)
- Contudo, pela projeção do governo, nível de despesas muito perto do teto impede ampliação do gasto.
- IFI projeta déficit menor, de R\$ 141,8 bi, e uma folga de R\$ 15,0 bi em relação ao teto de gastos.

## COMPOSIÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO – LOA X PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA X IFI (R\$ BILHÕES E % PIB)

Discriminação	2018						IFI - Decreto 9.323/18	
	LOA		Decreto 9.390/18		IFI		Valores	Dif. %
	Valores	% PIB	Valores	% PIB	Valores	% PIB		
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>1.462,1</b>	<b>21,0</b>	<b>1.470,6</b>	<b>21,2</b>	<b>1.461,8</b>	<b>21,0</b>	<b>-8,8</b>	<b>-0,6</b>
Receita Administrada pela RFB	890,3	12,8	897,2	12,9	891,3	12,8	-5,9	-0,7
Arrecadação Líquida para o RGPS	405,3	5,8	393,8	5,7	398,4	5,7	4,6	1,2
Receitas Não Administradas pela RFB	166,5	2,4	179,6	2,6	172,0	2,5	-7,5	-4,2
<b>II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>244,2</b>	<b>3,5</b>	<b>247,6</b>	<b>3,6</b>	<b>241,7</b>	<b>3,5</b>	<b>-6,0</b>	<b>-2,4</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)</b>	<b>1.217,8</b>	<b>17,5</b>	<b>1.222,9</b>	<b>17,6</b>	<b>1.220,1</b>	<b>17,5</b>	<b>-2,8</b>	<b>-0,2</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>1.373,4</b>	<b>19,8</b>	<b>1.375,7</b>	<b>19,8</b>	<b>1.361,9</b>	<b>19,5</b>	<b>-13,8</b>	<b>-1,0</b>
<b>IV.1 Despesas Obrigatórias</b>	<b>1.091,4</b>	<b>15,7</b>	<b>1.094,0</b>	<b>15,7</b>	<b>1.086,4</b>	<b>15,6</b>	<b>-7,6</b>	<b>-1,0</b>
Benefícios Previdenciários	596,3	8,6	592,4	8,5	588,4	8,4	-4,0	-0,7
Pessoal e Encargos Sociais	296,9	4,3	302,4	4,4	303,1	4,3	0,6	0,2
Abono e Seguro Desemprego	62,6	0,9	56,9	0,8	56,4	0,8	-0,5	-0,9
BPC	56,0	0,8	55,9	0,8	56,3	0,8	0,4	0,6
Demais	79,7	1,1	86,4	1,2	82,3	1,2	-4,1	-4,8
<b>IV.2 Despesas com controle de fluxo</b>	<b>282,0</b>	<b>4,1</b>	<b>281,7</b>	<b>4,1</b>	<b>275,5</b>	<b>3,7</b>	<b>-6,2</b>	<b>-1,2</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>-155,5</b>	<b>-2,2</b>	<b>-152,8</b>	<b>-2,2</b>	<b>-141,8</b>	<b>-2,0</b>	<b>11,0</b>	<b>-7,2</b>

Fonte: Ministério do Planejamento e IFI. Elaboração: IFI.

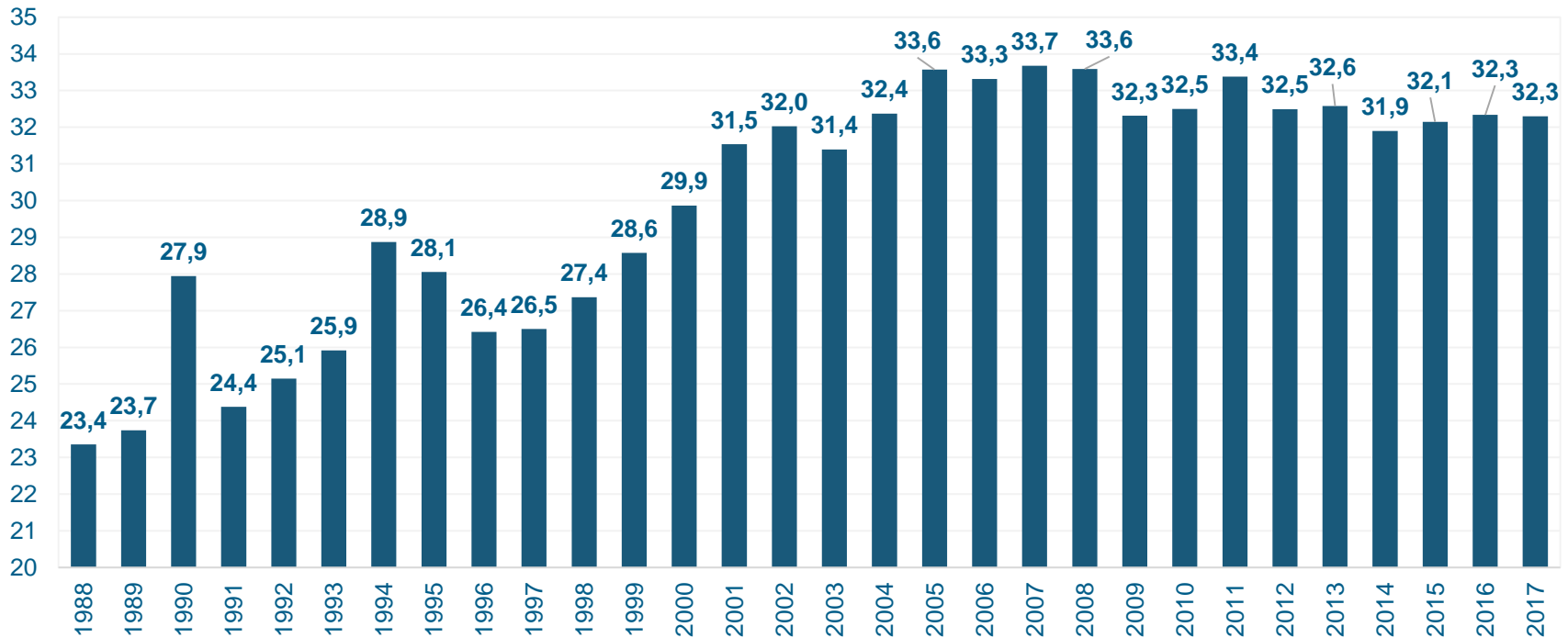
## TETO DE GASTOS PRIMÁRIOS EM 2018 (R\$ BILHÕES)

Discriminação	Avaliação 2º Bi	IFI
Total de despesas primárias	1.623,4	1.595,5
Despesas não sujeitas ao teto	276,0	262,6
Despesas sujeitas ao Teto	1.347,4	1.332,9
Teto de gastos	1.347,9	1.347,9
Folga (+) / Excesso (-)	0,5	15,0

Fonte: Ministério do Planejamento e IFI.

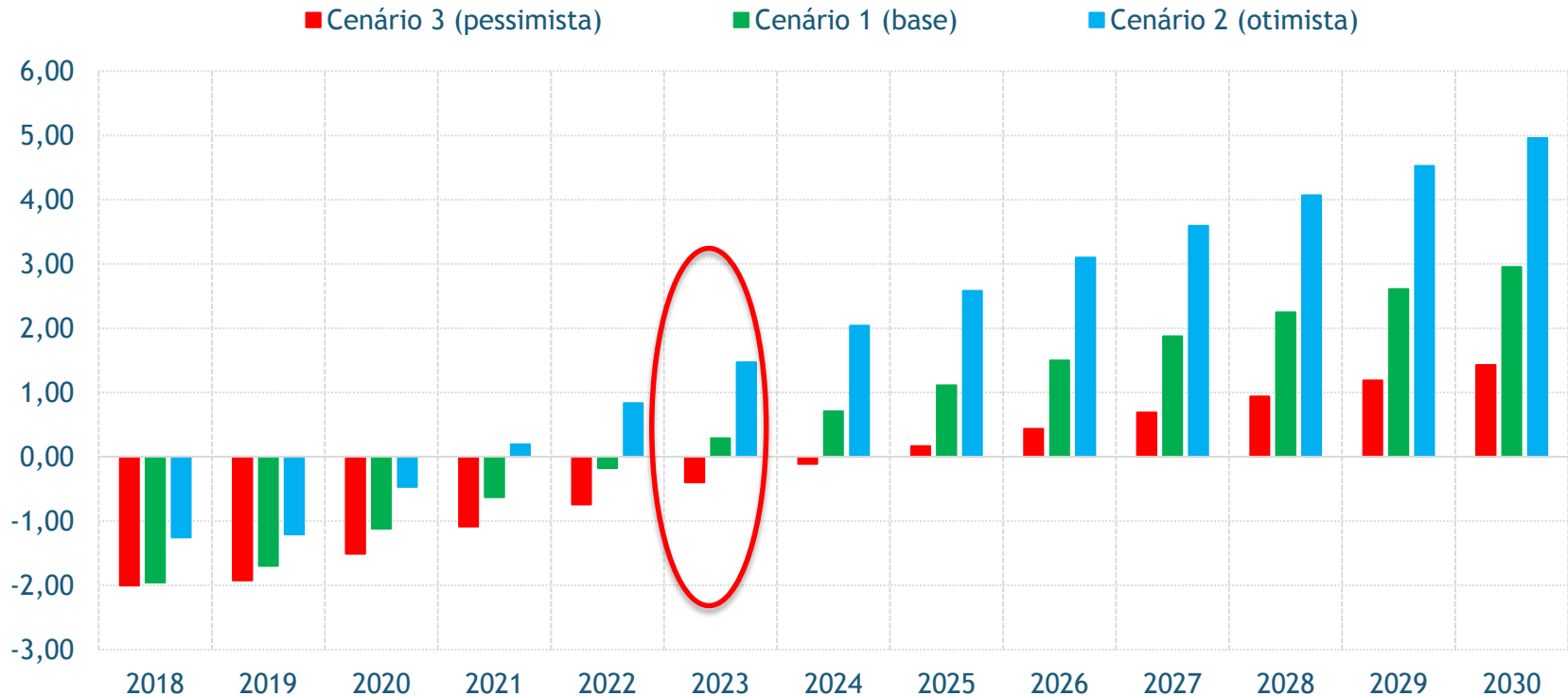
- Carta tributária terminou 2017 em 32,30%, percentual muito próximo dos 32,34% do ano anterior, o que indica manutenção da tendência de estabilidade nos últimos anos.

**CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA - % DO PIB 1988/2017**



- **Superávit primário só deve voltar em 2023**, no cenário base-1. No cenário otimista-2, superávit ocorre em 2021
- No cenário base, **receita administrada avança 3,1% e 2,8% acima da inflação neste e no próximo ano**, respectivamente. Já a **receita líquida deve registrar crescimento real de 1,9%** em ambos os períodos
- **Receitas com “Refis”** de R\$ 23,5 bilhões este ano e de R\$ 21,3 bilhões em 2019 impactam saldo fiscal

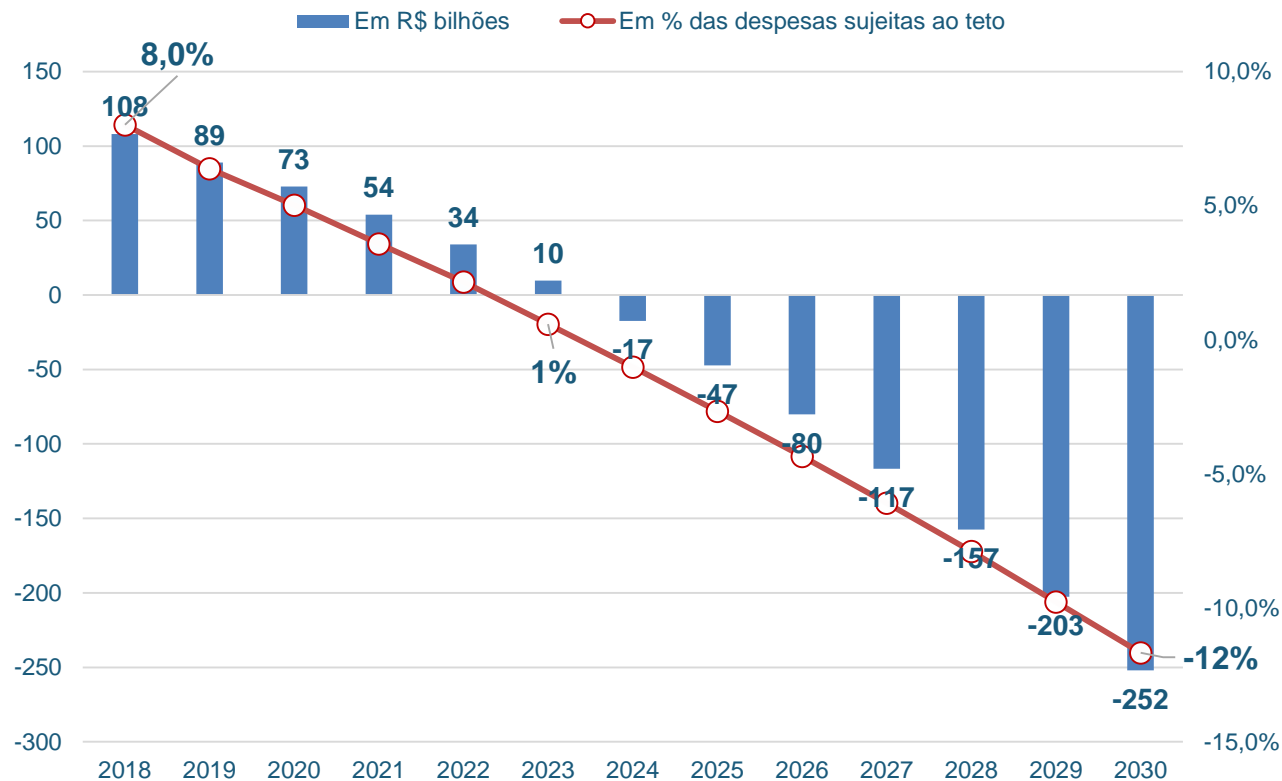
**Evolução do Resultado Primário nos 3 Cenários da IFI (em % do PIB)**





- Margem fiscal deverá atingir seu valor mínimo para efeito de funcionamento dos ministérios e ou operacionalização de políticas públicas já em 2019, **quando devem ocorrer problemas para o cumprimento do teto de gastos**

## Evolução da Margem Fiscal, *proxy* do grau de liberdade da política fiscal para cortes de despesa no curto prazo



- Resultados projetados apontam certa estabilidade das receitas líquidas em relação ao PIB, enquanto as despesas precisarão ajustar-se de **19,45% do PIB para 15,03% do PIB**.
- **Caso o ajuste pelo lado dos gastos não ocorra, medidas alternativas** com mesmo efeito fiscal terão que ser adotadas.

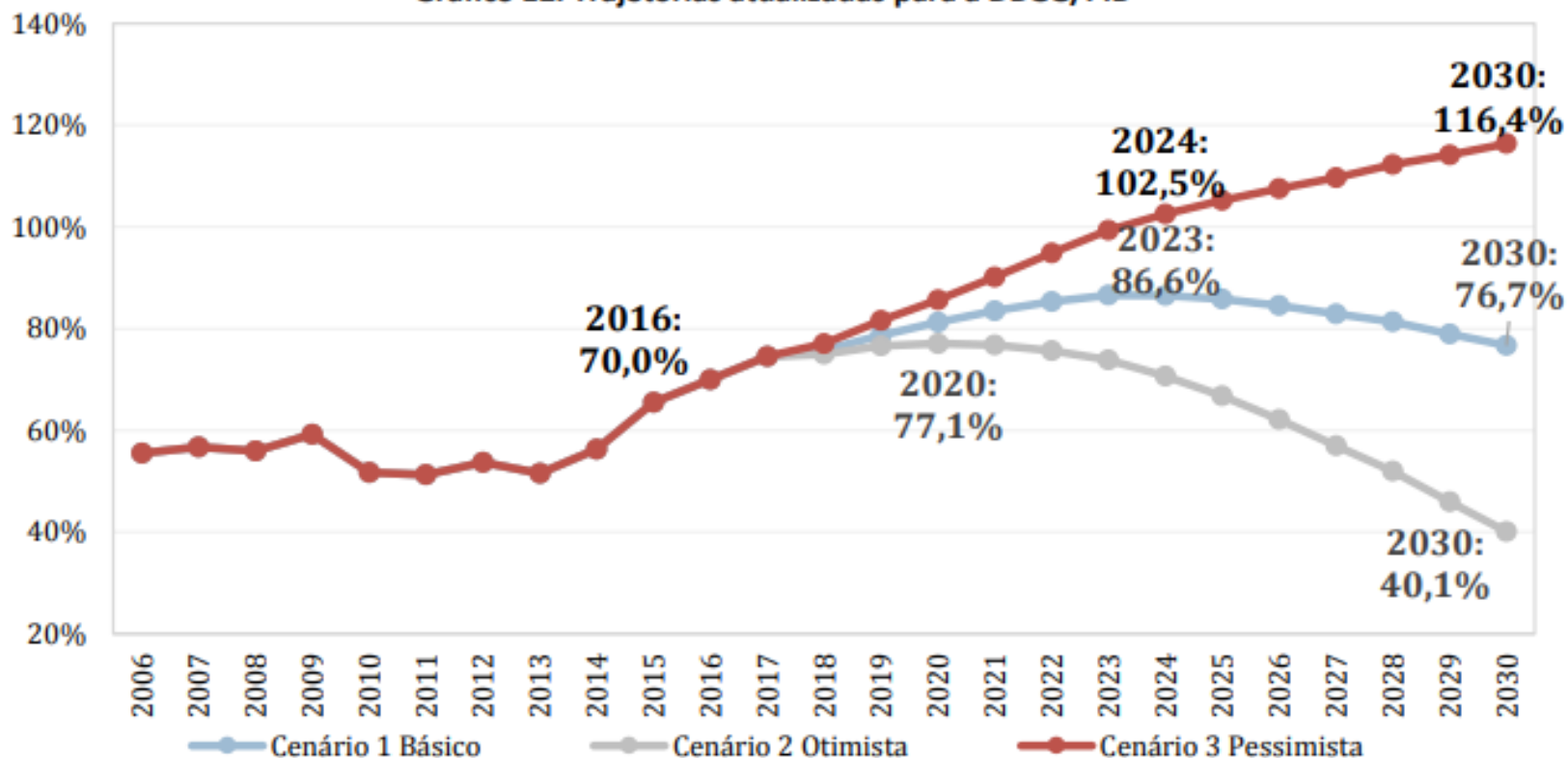
**TABELA 15. PROJEÇÃO DO RESULTADO FISCAL (% DO PIB)**

Cenário 1 (base)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Líquida	17,65	17,50	17,40	17,47	17,55	17,63	17,70	17,73	17,75	17,77	17,76	17,75	17,75	17,75
<b>Despesa Primária</b>	<b>19,45</b>	<b>19,54</b>	<b>19,20</b>	<b>18,72</b>	<b>18,33</b>	<b>17,98</b>	<b>17,60</b>	<b>17,23</b>	<b>16,85</b>	<b>16,49</b>	<b>16,11</b>	<b>15,74</b>	<b>15,38</b>	<b>15,03</b>
Resultado Primário GC	-1,81	-2,03	-1,80	-1,25	-0,78	-0,35	0,10	0,51	0,90	1,28	1,65	2,01	2,37	2,71
<b>Primário Consolidado</b>	<b>-1,69</b>	<b>-1,96</b>	<b>-1,70</b>	<b>-1,12</b>	<b>-0,63</b>	<b>-0,18</b>	<b>0,29</b>	<b>0,71</b>	<b>1,11</b>	<b>1,50</b>	<b>1,88</b>	<b>2,25</b>	<b>2,61</b>	<b>2,95</b>
Gov. Central (acima-da-linha)	-1,81	-2,03	-1,80	-1,25	-0,78	-0,35	0,10	0,51	0,90	1,28	1,65	2,01	2,37	2,71
Gov. Subnacionais	0,13	0,10	0,13	0,15	0,17	0,19	0,21	0,22	0,23	0,24	0,24	0,25	0,25	0,25
Estatais Federais	-0,01	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,02	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01	-0,01

# Projeções para a dívida bruta

- A dívida bruta deve ainda avançar até 86,6% do PIB, no cenário base-1, para então começar a cair, paulatinamente (considerando-se que o ajuste fiscal seja mantido e aprimorado)

**Gráfico 12. Trajetórias atualizadas para a DBGG/PIB**



Fonte: IFI.

## Parte III – Saídas e possibilidades

- **Meta de resultado primário não poderá mais ser ajustada para incorporar gastos**
- **Teto de gastos corre sérios riscos a partir de 2019**
- **Cumprimento da Regra de Ouro sem uso de subterfúgios**
- **Desafio maior é conter avanço do gasto obrigatório**
- **Medidas de ajuste no gasto corrente são importantes e necessárias, incluindo o gasto indireto**
- **Medidas do lado da receita serão necessárias**
- **Solução para problema fiscal é resultante de vários vetores**
- **Não há uma bala de prata**

**Muito obrigado**

[fsalto@senado.leg.br](mailto:fsalto@senado.leg.br)